



## ANAIS DO I COLÓQUIO DO LAHES

Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005

### **Do Mutualismo À Ação Direta – A Associação Beneficente Operária e a Greve de 1920 em Juiz de Fora**

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida  
Mestre – UFRJ

#### **“FAMÍLIA, UNIÃO E COLETIVIDADE”: A FUNDAÇÃO DA A.B.O.**

Em 1918, no dia 13 de janeiro, um grupo de operários reuniu-se na Sociedade Auxiliadora Portuguesa para firmar as bases uma nova associação de classe: a “Sociedade Operária de Juiz de Fora”.<sup>1</sup>

Os propósitos da nova instituição baseavam-se na beneficência e “nos interesses da classe”, no intuito de reunir o maior contingente possível de operários das mais variadas atividades, aos moldes de uma organização pluriprofissional.

Na hora da reunião, o operário Catullo Beviglieri nomeado pela comissão organizadora para presidir os trabalhos, chamou para compor a mesa o deputado estadual Pinto de Moura e o jornalista, redator do jornal “O Dia”, Albino Esteves, único representante da imprensa local entre os participantes. Na oportunidade, após breves considerações feitas por Beviglieri, tomou a palavra José Eutrópio. O advogado fez uma exposição aos presentes sobre as condições do operariado na Europa e nos Estados Unidos, concitando-os a “unir-se a fim de tornar um organismo útil a si mesmo, à coletividade e à sua família”.<sup>2</sup>

Logo em seguida o deputado Pinto de Moura lançou algumas palavras sobre a situação do operariado no Brasil, com destaque para Juiz de Fora, além de ratificar a fala de José Eutrópio a respeito da questão operária na Europa. Mais uma vez a necessidade de engrandecimento da família operária era cogitado pelo deputado ao analisar a ação dos governos da União e do próprio estado mineiro sobre a situação operária no Brasil. Todos eles após suas palestras foram calorosamente aplaudidos pelos operários presentes.

---

<sup>1</sup> O Dia. **Vida Operária**. Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1918, p. 2.

<sup>2</sup> O Dia. **Vida Operária**. Juiz de Fora, 15 de janeiro de 1918, p. 1.

Dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se a eleição da direção provisória, cujos cargos administrativos seriam ocupados por pessoas que não pertenciam à classe operária, ou seja, não eram operários, mas comporiam a direção da Associação Beneficente Operária (A.B.O.). Para a presidência provisória, o capitão João Campos de M. Bastos; como consultor jurídico, o nome do dr. José Eutrópio; para a comissão de estatutos, estavam lá o deputado Pinto de Moura e o jornalista Albino Esteves.<sup>3</sup> O estatuto, responsável pelas bases de funcionamento da Associação, estava, portanto, sob os cuidados de homens destituídos da experiência de classe, muito embora parecessem dispostos a contribuir com a causa operária.

Para atingir a tão aclamada “união dos interesses dos operários e o engrandecimento da coletividade e da família proletária”, o socorro mútuo e o cooperativismo foram as alternativas apropriadas para serem postas em prática e precisar os fins aos quais se destinaria a sociedade. Aliás, coletividade e família eram as palavras mais mencionadas dentro das reuniões, no intuito de mobilizar todos os trabalhadores, homens, mulheres e crianças a cooperar para a fundação da nova associação, cujos objetivos destinavam-se a propiciar à classe como um todo, não só o bem estar material, como o próprio crescimento moral.

Três dias depois da primeira reunião e acertado a diretoria provisória da A.B.O., ela começava a receber suas primeiras adesões, vindas de vários ramos de atividade na cidade: Marmoraria São José, seu gerente e operários; os trabalhadores da Cervejaria Americana, Marmoraria Brasileira, Companhia Mineira de Eletricidade, Fábrica de Banha Costa, Irmão e Cia., Fiação e Tecelagem de Malha Viúva Meurer; também os operários do bairro da Tapera, hipotecavam sua solidariedade, parabenizando a iniciativa e pedindo que os inscrevessem em seus respectivos livros. Todos eles e provavelmente vários outros, ajudaram a A.B.O. reunir cerca de mil associados já nas primeiras semanas depois de anunciada sua constituição, tornando-a umas das maiores instituições operárias que a cidade conhecera até então.<sup>4</sup>

Em mais uma reunião da A.B.O., no dia 4 de fevereiro, José Eutrópio, iniciava os trabalhos expondo os fins da Associação, aos quais “constituem na unificação do operariado da

<sup>3</sup> Idem. Uma relação de fotos e nomes de diretores e associados, acompanhados com as respectivas profissões, ilustram a capa do primeiro número do folhetim “O Operário” de 1º de maio de 1920. Elas trazem ao lado, escrito à mão por Edgar Leurenroth, denominações que seguem destacadas em itálico, logo após a descrição da profissão de cada membro. A primeira diretoria da A.B.O. constituiu-se da seguinte forma: presidente, João de Campos Monteiro Bastos (ex-sócio da firma João Ribeiro & Comp., fundador e presidente da Associação – *cabo político*); vice-presidente, Antonio de Sousa Moreira (operário - *mestre*); tesoureiro, Gustavo Larcher (operário - *patrão*); procurador, Adolpho Machado (operário); 1º secretário, José Custódio da Silva Júnior (operário - *mestre de obra e ruísta*); 2º secretário, Absalão José Luiz (operário); orador, Felipe Gilberto Cohanier (operário mecânico – *ruysta, mestre, Cia. Layti Rio*). Sócios defensores: Dr. Luiz Caminha Sampaio (médico e diretor do Instituto de Proteção e Assistência a Infância – *governo*); dr. José Eutrópio (advogado e jornalista – *ruysta*); Pelino Cyrillo de Oliveira (professor e diretor do Grupo Escolar de São Mateus – *governo e ruysta*); Albino de Oliveira Esteves (cirurgião dentista, jornalista e membro da Academia Mineira de Letras – *governo e ruysta*); dr. Francisco Augusto Pinto de Moura (advogado, jornalista, membro da Academia Mineira de Letras e deputado ao Congresso Mineiro – *chefe político*). O Operário. Juiz de Fora, 1º de maio de 1918, Ano 1, nº 1, p. 1.

<sup>4</sup> O Dia. *Vida Operária*. Juiz de Fora, 25 de janeiro de 1918, p. 2.

cidade, na organização de uma cooperativa, serviço médico e farmacêutico por preços reduzidos, criando uma biblioteca, criando um fundo de reserva para todas as eventualidades, difusão do ensino e educação intelectual e cívica dos operários".<sup>5</sup> Para tanto, o consultor jurídico propunha uma mensalidade de \$500 para mulheres e crianças e de 1\$000 para os homens. Após longas discussões sobre o tema, foi aprovada pelos operários.

A solução seria estender o pagamento a todos da família, maiores de sete anos, com taxas reduzidas para menores de 15 anos e mulheres. Para aquelas que tivessem mulheres e crianças trabalhando, o valor das despesas pesaria muito menos no orçamento familiar do que o operário que tivesse de arcar sozinho com a mensalidade, dando cobertura a toda família. De qualquer forma, a proposta aprovada parecia estar mais próxima à realidade da maioria presente, ou seja, a extensão do socorro mútuo à família em geral. Com isso a entrada na Associação se estenderia ao operário ou operária, fossem eles filhos ou pais e o restante de sua família, mesmo não tendo os outros um ofício em fábrica ou oficina.

O próprio consultor jurídico da A.B.O. pronunciara em uma sessão passada, quando da aquiescência de muitos em considerar vedado o ingresso do "elemento feminino" em seu seio, que sendo a sociedade "de intuições benéficas, estava pronta a receber apoio de todos os operários quer se trate de homens, quer se trate de mulheres, ou mesmo de famílias de proletários".<sup>6</sup> Uma alusão clara ao objetivo principal da Associação: reunir o maior número possível de associados, desde que houvesse entre os entes um operário.

Por essa forma, corria-se o risco de descaracterização da instituição como puramente representante dos interesses da classe operária. Por outro lado, o fato de ter atraído uma gama considerável de trabalhadores levou, como veremos, os fins da entidade a rumos completamente distintos e mais amplos àqueles anteriormente definidos. Ao que tudo indica, parece não ter havido adesões de mulheres na Associação, pelo menos não em um número expressivo, apesar da concessão ao seu ingresso.

Mesmo não tendo acesso ao livro de associados, é possível essa suposição. Não por uma questão da história "ignorar grosseiramente a metade feminina da raça humana", mas pela própria natureza organizativa da classe operária e todo o processo seguido em torno da divisão do trabalho nas relações entre os sexos.<sup>7</sup> Embora houvesse por parte da propaganda socialista – de combate à segregação sexual disseminada pela cultura burguesa, elevando o papel político masculino em detrimento da participação da mulher na vida pública – um esforço em projetar uma imagem positiva da mulher como trabalhadora assalariada e participante ativa

<sup>5</sup> O Dia. **Vida Operária**. Juiz de Fora, 6 de fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> HOBSBAWM. Eric J. **Mundos do Trabalho**. Novos Estudos Sobre História do Trabalho. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 123.

junto com os homens na atividade política. Não era essa, porém, uma prática recorrente entre as instâncias organizativas da classe operária. A revolução Industrial trouxera consigo também uma dinâmica produtiva transformadora das relações familiares, obrigando o homem a deixar o lar e dirigir-se ao estabelecimento fabril para trabalhar, vendendo sua força de trabalho ao proprietário da fábrica, seu patrão. Nesta etapa do desenvolvimento capitalista, estabelece-se uma divisão na própria estrutura organizativa do trabalho, antes exercida pelo homem, mas com a presença permanente da família no processo produtivo.<sup>8</sup>

Outro ponto de discussão girou em torno das bases estatutárias da Associação. José Eutrópio aconselhou a formação de uma comissão para analisar os estatutos com poder para “julgá-la ou restringí-la no que fosse preciso, para se adequar aos interesses do operariado local”. Essa medida era necessária, pois, em que pese a confiança que os trabalhadores pareciam depositar em seus colaboradores, o fato de não serem eles operários os impossibilitava de responder diretamente pelos anseios da classe, além de não sofrerem com as mazelas sócio-econômicas que assolavam os trabalhadores naquele momento. Por isso mesmo, era imprescindível que somente operários, de categorias profissionais diversas, adequassem os estatutos à realidade da classe como um todo na cidade, uma vez que foram várias as discussões sobre a experiência de sua organização não só no Brasil, como também na Europa.

Em todas as reuniões realizadas pela A.B.O., a questão do cooperativismo ganhava vulto na voz de seus “sócios defensores”, sobretudo de José Eutrópio e de Pinto de Moura. A sugestão foi posta em loco após a menção do operário José Custódio S. Junior durante uma das reuniões da A.B.O., realizada no Cinema Pharol. Concluída a leitura do expediente, José Custódio ressaltou o grande número de cartas e circulares de adesão, saudando a iniciativa. Antes de terminar, em referência a importância da união de todos os operários, citou como exemplo a cidade de Campos, na região norte do estado do Rio de Janeiro, onde existiam duas associações operárias, ambas com suas respectivas cooperativas, possuindo elas, além disso, cerca de 37 prédios como patrimônio. Logo depois foi a vez de José Eutrópio dar ênfase à questão, analisando “o esforço operário em prol do cooperativismo em diversas nações com especialidade na Inglaterra”.<sup>9</sup> Para os sócios defensores da A.B.O., o mais importante era sintetizar as benesses práticas que esse tipo de empreendimento possibilitava, as vantagens que ele poderia proporcionar aos proletários do Brasil em termos materiais e morais, e demonstrá-lo como uma iniciativa possível de ser empregada entre os operários da cidade.

---

<sup>8</sup> Idem, p. 128

<sup>9</sup> O Dia. **Vida Operária**. Juiz de Fora, 29 de janeiro de 1918, p. 1.

Ao usar da palavra na mesma reunião em que José Eutrópio expunha a vantagem do cooperativismo através da experiência britânica, Pinto de Moura “demorou-se em mostrar o valor que representa para o operariado a organizarem-se e fundarem cooperativas, contratarem médicos e farmacêuticos pondo as famílias ao abrigo das necessidades”. O deputado continuou a enumerar as vantagens, explicando aos operários presentes como, através de “módica contribuição”, podia-se reunir recursos suficientes “para a fundação de grandes armazéns, para a sua educação intelectual e para a sua organização política”, como estava se sucedendo em todos os países. Ao fim foi “saudado pela assembléia”.<sup>10</sup>

A prática do cooperativismo no país incorporada à experiência organizativa da classe operária gera discussão entre historiadores. Para Ângela de Castro Gomes o cooperativismo não foi uma corrente bem disseminada entre os modelos organizativos da classe operária no país, embora não fosse totalmente inexistente. A autora salienta que, não fosse a cooptação estatal do governo Arthur Bernardes de correntes reformistas do movimento operário e a consequente criação sob patrocínios governamentais, em 1921, por Custódio de Sarandy, da Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil (CSCB), a história do cooperativismo no Brasil não passaria de uma breve nota de rodapé.<sup>11</sup> Em contrapartida, Edgar Carone diz ter sido uma prática comum entre o movimento operário brasileiro, por iniciativa própria ou através de lideranças empresariais. Como exemplo ele cita a Cooperativa de Seguros Operários em Fábricas de Tecidos, no Rio de Janeiro. Comungada com interesses capitalistas, ela parte da iniciativa dos sócios do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem e destinasse a compensar “todos os encargos resultantes da lei dos Acidentes, mediante uma taxa que está sempre em proporção das necessidades, e que é a mais módica das existentes”.<sup>12</sup> Segundo Carone, a maior parte das cooperativas no país foram de consumo. Destinadas a acabar com intermediários entre a produção e o consumo do bem material para evitar o açambarcamento, a monopolização e o encarecimento dos produtos por parte dos comerciantes.<sup>13</sup>

Não só o cooperativismo era importante para os operários à frente da Associação como também o caráter benficiente e assistencial do projeto chamava a atenção de vários contingentes de operários à filiação. Mais uma vez, a força do mutualismo era a condicionante para estabelecer a unicidade na classe operária local, seu assistencialismo forjava o atrativo necessário para agregar trabalhadores de diversas categorias profissionais, entre homens e mulheres, adultos e crianças. A característica mais marcante de organização institucional no

<sup>10</sup> O Dia. **Vida Operária**. Juiz de Fora, 29 de janeiro de 1918, p. 1.

<sup>11</sup> GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 155-166.

<sup>12</sup> Jornal do Commercio. **Sociedade Cooperativa de Seguros Operários em Fábricas de Tecidos**. Rio de Janeiro, 1922. *apud* CARONE, Edgar. **Classes Sociais e Movimento Operário**. São Paulo: Ática, 1989, p. 36.

<sup>13</sup> Idem.

limiar da história social do trabalho dentro modo de produção capitalista baseia-se em instituições pré-existentes ou concebidas para a ajuda mútua entre indivíduos que compartilhavam experiências em comum, costumes ou tradições e se identificavam com elas. O auto-reconhecimento dos trabalhadores como trabalhadores torna-se possível quando seus interesses, de particulares, tornam-se coletivos e seus princípios determinantes não partem unicamente da relação com os meios de produção, mas a partir de uma identidade coletiva capaz de produzir um discurso cujo propósito é construir um ambiente de igualdade e interesses comuns. Com isso, há uma possibilidade de materialização desses interesses, transformando-os em organizações, leis e medidas de fato que satisfazem os anseios da classe trabalhadora.<sup>14</sup>

Para o caso específico de Juiz de fora, parecia haver entre os trabalhadores uma necessidade de ver institucionalizado um órgão de verdadeira representatividade entre a classe como um todo capaz de “defender os interesses coletivos do operariado” ou consumar o “sublime ideal que é a unificação das classes operárias”.<sup>15</sup> Nunca nenhuma outra organização na cidade havia mobilizado tamanha quantidade de operários.

Obviamente, não há como desconsiderar a existência de interesses políticos por traz da ação assistencial que se propunha a Sociedade. Silvia Andrade assinala que, a despeito da posição anarquista de Leurenroth, o papel de cabo político atribuído a Bastos é denunciado em um artigo do jornal “O Pharol”.

Presidente de uma associação pseudo-operária e que nunca foi operário, que há meses não tinha profissão reconhecida, e que só agora, depois de muito engrandecer os srs. Penido, Antônio Carlos e Pinto de Moura, (...) foi nomeado fiscal das rendas federais no testamento do ex-ministro da fazenda. Abra pois o operariado os olhos com essa gente.<sup>16</sup>

Em relação à presença de quadros intermediários dentro do movimento operário, o interesse por de traz dessas iniciativas ganham diversas nuances prevalecendo àquelas ligadas a possíveis arranjos políticos, envolvendo as bases proletárias e as lideranças de suas instituições. Uma das intenções claras da A.B.O. estava em tentar solucionar problemas entre o capital e o trabalho através da política de conciliação de classes, inviabilizando toda forma de atuação autônoma e de iniciativa direta por parte dos trabalhadores no campo das lutas sociais. O resultado disso poderia redundar no engrandecimento da imagem de figuras públicas – seus

<sup>14</sup> GOMES, Ângela de Castro. op. cit., pp. 17-21.

<sup>15</sup> Essas frases vinham compondo as cartas de diversos operários ao pedir a inscrição de seus nomes no livro de associados da A.B.O., muitas delas eram transcritas na coluna “vida operária” do jornal *O Dia* nos primeiros movimentos de fundação da entidade.

<sup>16</sup> O Pharol. **Operários explorados**. Juiz de Fora, 23 de novembro de 1918, p 1. Apud ANDRADE, Silvia M. B. V. de. **Classe operária em Juiz de Fora – uma história de lutas (1912 – 1924)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 108.

sócios defensores – resultando na valorização de suas funções não só entre a classe operária, como nas várias outras camadas sociais, conseguindo assim reconhecimento por seus feitos públicos junto às classes proletárias.

O “caráter puramente benfazente” da Associação envolvia, portanto, objetivos alheios aos plenos interesses dos trabalhadores. Primeiramente, manter o apoio dos operários através da outorga do discurso próprio à classe e da organização institucional ligados a sua experiência, de características essencialmente assistenciais, deporia a favor de iniciativas restritivas a qualquer medida de ação direta por parte dos operários, deixando a cargo da direção, a intermediação entre interesses opostos. Com isso, chegamos ao segundo ponto: a obtenção de resultados positivos frente as camadas médias da cidade, os industriais e trabalhadores, transformando a conciliação entre classes em possíveis ativos eleitorais e interesses políticos.

Mesmo correndo o risco de estar cometendo um erro analítico das circunstâncias acima expostas, o fato é que a história do movimento operário é marcada por episódios dessa natureza. Fenômeno em nada excepcional ao caso de Juiz de Fora, dotado de distintas feições, de acordo com as “nuanças diferenciais de comportamento, ligadas ao problema de cultura, de organização e de consciência de classe”.<sup>17</sup> Sendo assim, podemos nos deparar com movimentos em que prevalece a política de conciliação de classes, envolvendo indivíduos das camadas médias da sociedade como advogados, médicos, professores, jornalistas e intelectuais; das instâncias legislativas, como deputados e vereadores; de partidos políticos e até mesmo do Estado, configurando um assédio declarado às classes operárias. Como exemplo recorrente, e sem querer ir mais adiante no assunto, podemos ressaltar a trajetória de organizações como a dos ferroviários da Central do Brasil; dos marítimos e portuários e de funcionários públicos, todos no Distrito Federal. Um outro exemplo sintomático está em Pernambuco, onde os trabalhadores se envolvem em conflitos políticos intra-oligárquicos causando uma paralisação ferroviária em solidariedade a um movimento popular em prol da candidatura do general Dantas Barreto ao governo do Estado. Lá pelo menos, Dantas Barreto incluiria um nome para representar os interesses do proletariado na assembléia legislativa do Estado.<sup>18</sup>

Em Juiz de Fora, esta intenção era manifesta entre os operários, mas não obteve êxito. Mesmo em nível municipal, o presidente da A.B.O. recusou sua escolha pelos operários para se candidatar a vereador e defender na Câmara os interesses da classe na cidade. Ao invés de

---

<sup>17</sup> CARONE, Edgar. op. cit., p. 46.

<sup>18</sup> PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do passado**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1949, p. 192, *apud* CARONE, Edgar. op. cit., p. 48.

selar seu compromisso em defesa dos trabalhadores, fez por bem justificar sua condição de “cabo-político”, alegando que o presidente da Câmara merecia pleno apoio dos operários, por estar sempre a serviço do município e “mostrado ser um grande amigo do operariado”.<sup>19</sup>

Entre as ações benéficas da Associação, destacava-se prioritariamente a assistência jurídica, médica, farmacêutica e dentária, através de convênios a preços reduzidos, além das iniciativas em fundar cooperativas, escolas, bibliotecas, em prol da melhoria material e moral da classe proletária. Outro fim da associação pautava-se em “defender seus direitos [dos trabalhadores], ampará-los juntos aos patrões, patrocinar suas reclamações justas e protegê-los nas suas necessidades”.<sup>20</sup> Com isso tencionava-se excluir qualquer posição voltada para a ação direta da base operária, como a greve – recurso vetado pela Associação – e entregar àqueles que se encontravam à frente da direção a legitimidade para representá-los em questões envolvendo operários e patrões. O seu caráter “puramente benéfico” impedia a participação da entidade e membros da direção em atos públicos ou particulares “de agrado ou desagrado”.<sup>21</sup> Portanto, não havia qualquer iniciativa voltada para a participação em movimentos de luta reivindicatória ou mesmo qualquer forma de financiamento para essas atitudes. Muito pelo contrário, o objetivo parecia mesmo ser o de evitar que esses tipos de ações viesssem à tona, dado o momento de crise que afligia principalmente as classes trabalhadoras e as repercussões de episódios de greves em outras regiões, como as sucedidas em São Paulo.

Os problemas entre capital e trabalho deveriam ser resolvidos através da mediação de sua diretoria. Um deles, no mês de fevereiro, referente ao não pagamento de serões aos operários da fábrica de Mariano. Para tentar solucionar o problema, iria ser nomeada pela diretoria provisória uma comissão para se entender com os patrões, já que, segundo José Eutrópio, “não era justo que os operários trabalhassem em serões, gratuitamente, quando este serviço redonda em benefícios para a fábrica”.<sup>22</sup> Antes mesmo, porém, que a Associação enviasse qualquer comissão à Cia. de Fiação Industrial Mineira, ou fábrica de Mariano, como era também conhecida, sua direção encaminhou uma carta à imprensa local.

Carta – Da Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, em Mariano Procópio, recebemos a seguinte carta ontem.

“Ilmo. Sr. redator d’ “O Dia” – Cordiais saudações.

O vosso apreciado jornal, noticiando hoje o que se passou na reunião da Sociedade Operária, realizada domingo último diz que o sr. dr. José Eutrópio,

<sup>19</sup> Relatório da Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora, apresentado pelo seu presidente capitão João de Campos M. Bastos. A Comercial. Juiz de Fora, 1919, p. 14, *apud*, ANDRADE, Sílvia M. B. V., op. cit., p. 112

<sup>20</sup> Artigo 5º dos Estatutos da Associação Operária Beneficente. *apud* ANDRADE, Sílvia M. B. V. op. cit., p. 109.

<sup>21</sup> Artigo 106º dos Estatutos da Associação Operária Beneficente. *apud* ANDRADE, Sílvia M. B. V. op. cit., p. 109.

<sup>22</sup> O Dia. **Vida Operária**. Juiz de fora, 06 de fevereiro de 1918, p. 1.

"usando da palavra, pediu a escolha de uma comissão para se entender com os proprietários da fábrica de tecidos de Mariano, a fim de que os seus operários percebam os serões, o que até a presente data não acontece e julga ser um assunto que deve merecer o maior cuidado da parte da Sociedade".

O digno consultor jurídico da Sociedade demonstrou, sr. redator, no seu pedido, o quanto está mal informado no que se refere à nossa fábrica.

Os nossos operários nunca deixaram de perceber os serões; todos eles desde que o façam, são apontados e recebem integralmente os seus serviços extraordinários, sem uma queixa ou reclamação.

O sr. dr. José Eutrópio nos prestaria um inestimável serviço se chegasse até o nosso escritório para certificar-se do que vimos de declarar, podendo, destarte, na próxima sessão da Sociedade, cientificar aos seus associados o engano em que incorreu.

Pondo-nos à vossa disposição, sr. redator, muito nos desvanecereis se puderdes dar publicidade a esta carta.

(...)

Francisco Rawigh.<sup>23</sup>

Mesmo sob protesto da Indústria, e o possível equívoco de José Eutrópio, um dos maiores problemas que a classe enfrentou naquele momento foi a extenuante jornada de trabalho. Os operários chegavam a ficar até 14 horas nas fábricas, por praticamente todos os dias da semana. Por sinal, a Associação segundo sua filosofia de ação, não foi capaz de solucionar o problema dos serões que, juntamente com as oito horas de trabalho, foram as maiores reivindicações dos operários na greve de 1920. O colaboracionismo promovido pela A.B.O. não conseguira minimamente resolver o problema em torno das condições de trabalho, como remuneração, horas extras e jornada de trabalho, frustrando a expectativa de todos aqueles que em um ano de existência da Sociedade somavam já três mil filiados. O mutualismo fazia parte da cultura organizativa da classe operária, servindo como meio de remediar as privações impostas à sua condição social, possibilitar sua sobrevivência e agregar os trabalhadores institucionalmente, legitimando sua existência como classe. Portanto, não seria suficiente para mantê-los distantes ou "conformados" com sua situação, abrandada por causa dos serviços de beneficência.

A tentativa de velar a ação direta da organização, por parte de seus sócios defensores – muitos deles responsáveis diretos por seus estatutos, apesar do aval dos operários – começa a ser posta em xeque já na segunda eleição da diretoria da A.B.O. em 1919. Como observa Sílvia de Andrade, com exceção de Gustavo Larcher, identificado por Leurenroth com a terminologia de "patrão", promovido à presidência da Associação, todo o restante da direção fora renovada.<sup>24</sup> Agora, com uma diretoria composta basicamente de operários, a postura da A.B.O. frente aos

---

<sup>23</sup> O Dia. **Vida Operária - carta**. Juiz de Fora, 7 de fevereiro de 1918, p. 1.

<sup>24</sup> ANDRADE, Sílvia M. B. V. op. cit., p. 113.

problemas econômicos do período levaria a instituição, a despeito das normas regentes, iniciar uma série de posicionamentos mais ativos que desembocaria na greve de 1920.

O ano de 1919 anuncia uma retomada do desenvolvimento industrial, o mercado interno começa a ensaiar uma recuperação, após findar o grande conflito. A essa altura a capacidade produtiva nacional aumentara não necessariamente em termos quantitativos, nas indústrias de bens de consumo, mas devido uma maior diversificação do parque industrial, abrangendo novos ramos de atividade, dada a necessidade de abastecimento de determinados produtos cuja procura deixara de ser suprida pelas importações e também pelo próprio desenvolvimento urbano que gerava novos padrões de consumo e novas demandas.

A consequência imediata deste crescimento foi o aumento substancial no grau de exploração da mão-de-obra operária nas indústrias, gerando uma onda de movimentos grevistas, que no caso particular de Juiz de Fora, foram motivadas por causa do abuso dos serões, falta de descanso dominical e pela implementação da jornada de oito horas de trabalho. A incapacidade da própria A.B.O. em resolver a questão segundo diretrizes “diplomáticas” estatuídas para tentar remediar o conflito capital-trabalho, determinou a ação direta da classe operária para buscar a resolução dos problemas trabalhistas que enfrentavam no momento. A própria greve será um divisor de águas dentro do movimento operário em Juiz de Fora, culminando na transformação da Associação Beneficente Operária em Federação Operária Mineira, sob uma orientação sindical por ofício e novas diretrizes de ação.

### **“CONCILIAÇÃO DE CLASSES” À DERIVA: A GREVE DE 1920**

No limiar dos anos de 1920, pela segunda vez, Juiz de Fora assiste suas fábricas apitarem em vão. Já no dia 1º de janeiro a Associação Beneficente Operária resolve encampar a luta dos operários pela redução da jornada de trabalho em oito horas diárias, mais 50% de aumento salarial nos serões e 25% no serviço ordinário. Neste dia, os operários reunidos em assembléia na sede da Sociedade decidiram pela greve, a iniciar-se no dia 2 de janeiro. Para eles era justa a reivindicação, já que em países com o “mínimo de civilização” os direitos dos trabalhadores há algum tempo já vinham sendo observados e o Brasil firmara compromisso na regulamentação das oito horas de trabalho na Conferência do trabalho em Washington. Não era justo, portanto, que os industriais negassem um direito universal da classe operária.

Os operários conclamavam sua entidade representativa a se solidarizar com seus consócios, na certeza de estarem eles conscientes dos interesses e aspirações de toda a classe na perspectiva de obterem sucesso em suas reivindicações. O fato de serem indicados

para dar início ao movimento obteve êxito, levando várias fábricas a fecharem suas portas logo após, pondo em parede milhares de operários (5.000 para o “Diário Mercantil” e 6.000 para o “Correio de Minas”).<sup>25</sup>

Na intenção de por fim à paralisação, os industriais promovem uma comissão e apresentam um acordo à direção da A.B.O. Os operários aceitariam a jornada de 9 horas de trabalho e o aumento de 25% nos serões e teriam a garantia de que após o prazo de seis meses suas reivindicações seriam atendidas de pronto. A proposta foi rechaçada pela base grevista. Os industriais por sua vez, reuniram-se na Câmara Municipal, no dia 4 de janeiro, terceiro dia da greve, afim de tomar medidas quanto ao seu andamento. Depois da reunião, ficou resolvido que os industriais não abririam mão de suas proposições quanto às horas extras e a jornada de trabalho. Dariam aos operários um prazo de oito dias para retornarem ao trabalho, a partir daquele momento e, caso insistissem na greve, fechariam as fábricas por tempo indeterminado. Decidiram ainda não pagar os dias de paralisação.<sup>26</sup>

Segundo relato do operário José Carvalho, o impasse entre patrões e operários e a recusa dos industriais em negociar, motivou a intervenção do presidente do Estado Arthur Bernardes, ameaçando retirar o policiamento das ruas caso os industriais não voltassem atrás na sua decisão.<sup>27</sup> Apesar de não ter sido cogitado este fato pela imprensa local, havia uma repulsa por parte dos empresários pela figura do advogado Francisco Prado, acusado de socialista pelos industriais e um dos principais porta-vozes dos grevistas durante o movimento. Conhecido na cidade como um defensor da causa operária, com boa inserção entre a classe, o advogado atuou ativamente na greve, sempre integrando as comissões de operários quando organizadas para tratar dos assuntos pertinentes às reivindicações dos trabalhadores. Porém, os industriais começaram a se recusar em ter qualquer tipo de conversa com os operários quando Prado estivesse presente. Fato tão contundente que despertou reclamações por parte da diretoria da A.B.O. Em carta enviada à redação do Correio de Minas, sua direção declarava ser de total responsabilidade dos operários qualquer orientação ligada ao movimento grevista e que as ações de Francisco Prado deviam-se unicamente à solicitação dos próprios operários.<sup>28</sup>

Aliados à Associação ou independentes, todos buscavam os mesmos direitos, tinham consciência de que o momento era oportuno diante dos vários acontecimentos que se sucediam no mundo do trabalho, não só no Brasil, como internacionalmente. Os trabalhadores

<sup>25</sup> ANDRADE, Sílvia M. B. V. op. cit., p. 117.

<sup>26</sup> Diário Mercantil. **A parede operária.** Juiz de Fora, 05 de janeiro de 1920, p. 1.

<sup>27</sup> DUTRA, Eliana R. F. **Caminhos operários nas Minas Gerais.** Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: HUCITEC-Editora UFMG, 1988, p. 100.

<sup>28</sup> Correio de Minas. **A Associação Operária escreve-nos a respeito da intransigência dos industriais.** Juiz de Fora, 03 de janeiro de 1920, p. 2. apud ANDRADE, Sílvia M. B. V. op. cit., p. 117.

demonstravam-se coesos em suas reivindicações, suas atividades concorriam sempre para um objetivo comum, pleiteando para a classe em geral os mesmos propósitos. A coordenação da greve pela A.B.O. significou um “avanço” da consciência de classe em termos de ação organizativa entre o operariado da cidade. Os operários, cientes da capacidade da Associação representar seus interesses e responder por seus atos diante da possibilidade de um movimento grevista, infringiram suas bases estatutárias e romperam com a política conciliatória da instituição.

O primeiro passo para que se formasse em Juiz de Fora uma instituição de cunho sindical fora dado no terceiro dia de greve. Em uma assembléia da A.B.O., sob a direção de Francisco Prado e contando com grande número de operários, ficou resolvido que a instituição transformar-se-ia, tão logo fosse possível, na Federação Operária Mineira. A nova agremiação reuniria em sindicatos as diferentes classes trabalhadoras, por associar, ou já associadas à então Associação Beneficente Operária.<sup>29</sup> Iniciava-se a história de uma das mais destacadas Federações operárias da história do movimento operário durante a Primeira República.

Enquanto no dia 5 de janeiro os carvoeiros declaravam-se em parede, a Associação Beneficente Operária “sob cujos auspícios se iniciou o atual movimento grevista, que embora pacificamente, se vem alastrando consideravelmente e ameaçando paralisar todas as industrias e os serviços anexos...”<sup>30</sup> enviava à Associação Comercial e a dos Empregados no Comércio um ofício. No documento, a Associação seguia “expondo as aspirações do operariado no atual momento e pedindo o seu apoio moral e material para a causa que pleiteiam” no sentido de dar uma solução a greve.<sup>31</sup>

O apelo dos grevistas solicitando apoio moral à classe comercial, ao chamar a atenção para a “precária situação das mulheres e crianças nas fábricas”, tencionava trazer à tona as condições de trabalho às quais estavam submetidos não só operários, com também os próprios empregados do comércio. Casos de violência física e moral estavam presentes em todos os âmbitos das relações sociais de trabalho, freqüentes em todas as partes onde o capital imperasse sobre o respeito humano.

Quanto aos comerciantes, o meio mais conveniente de convencê-los a interceder a favor dos interesses da classe operária junto aos industriais, não poderia ser outra senão a de ordem estritamente econômica. A conjuntura era favorável para tal argumentação, pois se tratava de um momento promissor na produção industrial, não sendo então justo que os empresários conservassem em popança todo o lucro obtido, guardando só para si o que, em tese, poderia

<sup>29</sup> Diário Mercantil. **A parede operária**. Juiz de Fora, 05 de janeiro de 1920, p. 1.

<sup>30</sup> Diário Mercantil. **Os grevistas pediram a intervenção da Associação Commercial e da dos empregados no commercio**. Juiz de Fora, 05 de janeiro de 1920, p. 2.

<sup>31</sup> O Dia. **A Greve**. Juiz de Fora, 06 de janeiro de 1920, p. 2.

estar sendo distribuído por todo o mercado. Diante destas circunstâncias, os objetivos dos trabalhadores condiziam com os interesses dos comerciantes: aumento salarial e das horas extras para os operários, implicaria por em circulação boa parte do capital retido pelos “patrões avarentos”, haja vista, a aplicação que dele faz o trabalhador na manutenção e subsistência de sua família.

O tom de ameaça também era outra forma de persuasão utilizada na carta em questão. O mercado de trabalho já a alguns anos vivia sob ameaça de crise, as denúncias de aliciamento de trabalhadores para a lavoura e indústria paulista eram freqüentes na imprensa.<sup>32</sup> Os operários cientes desse problema não relutaram em alertar tanto comerciantes como industriais para a possibilidade dos trabalhadores deixarem a cidade caso vissem frustradas suas pretensões

... persistindo os patrões em não cederem à nossa justa reclamação, teremos de promover o êxodo geral dos nossos companheiros para outros centros industriais, notadamente para São Paulo, de onde acabam de nos chegar respostas animadoras de mais compensadoras colocações de qualquer número ou natureza de operários.

Tomada esta resolução extrema, fácil é de ver-se o quanto pertubaria ela, não diremos somente a vida industrial mas também a comercial e de todos os ramos da atividade e do progresso da cidade.<sup>33</sup>

Diante dos fatos, demonstrando interesse pela causa operária e “achando razoáveis as pretensões do operariado”, o presidente da Associação Comercial, major Constantino Marques de Souza, convocou uma reunião a fim de resolver, juntamente com os associados presentes, sobre o apoio às reivindicações dos trabalhadores da indústria.

Neste momento, os grevistas, aguardavam ansiosamente junto à porta da Associação Comercial o resultado. O advogado Francisco Prado, representando os trabalhadores, expôs suas reclamações, sendo de pronto postas em discussão, ficando decidido que a diretoria da entidade entraria em contato com o Centro Industrial a fim de estabelecer um acordo definitivo. Mais tarde, o pedido iria ser discutido entre os representantes da Associação dos Empregados no Comércio e da A.B.O.<sup>34</sup>

No quinto dia da greve, 6 de janeiro, reuniram-se as diretorias da Associação Comercial, da A.B.O., dos Empregados no Comércio e uma comissão de industriais para um acordo definitivo. Após dois dias sem circulação, por não ter entrado em um acordo com seus

<sup>32</sup> Entre 1917 e 1920, são freqüentes artigos sobre o problema do trabalho na região da Zona da Mata mineira, existentes em todos os jornais pesquisados: “O Dia”, “Diário Mercantil” e “Jornal do Commercio”.

<sup>33</sup> Diário Mercantil. **Os grevistas pediram a intervenção da Associação Commercial e da dos empregados no commercio.** Juiz de Fora, 05 de janeiro de 1920, p. 2.

<sup>34</sup> Idem.

trabalhadores, o Diário Mercantil retornava às ruas anunciando o fim da greve.<sup>35</sup> A reunião do dia 6 de janeiro conseguira estabelecer um acordo definitivo entre as partes: o aumento nos salários, a cargo de uma comissão de membros das Associações Comercias e da A.B.O., atenderia a capacidade produtiva de cada indústria, levando em consideração a necessidade dos respectivos operários e a natureza de seu trabalho; o dia de oito horas de trabalho seria concedida após o dia 31 de janeiro, sendo pago 27% de aumento sobre o salário estipulado pela comissão na hora extraordinária; após o dia 1 de fevereiro os serões deixariam de ser facultativos e passariam a ser obrigatórios durante três horas, três vezes por semana com aumento de 25% sobre os salários estipulados pela comissão; os industriais ficariam obrigados a organizar as tabelas dos novos salários e afixa-las em local visível em suas fábricas; seriam pagos aos menores de 16 anos e às operárias, em geral, os dias que deixaram de trabalhar por motivo da greve, devendo esse pagamento ser feito por intermédio da Associação dos Empregados no Comércio e a readmissão imediata dos operários envolvidos na greve.<sup>36</sup>

A greve dos operários de fábrica havia chegado ao fim, mas a onda de greves não. Até o final de janeiro os alfaiates, os padeiros e os sapateiros paralisariam seus serviços reivindicando aumento salarial (alfaiates e sapateiros), descanso dominical (padeiros) e redução da jornada de trabalho para oito horas diárias (sapateiros).

No dia 24 de janeiro, à hora do almoço, trabalhadores têxteis da Industrial Mineira, paralisaram novamente suas atividades, alegando falta de condições salutares de higiene, insultos por parte do mestre geral e o gerente da fábrica, precárias condições de trabalho e em solidariedade a dois companheiros despedidos da fábrica, acusados de tomar liderança na greve sucedida. O descumprimento do acordo entre os operários e os patrões, tratado na última greve, também foi um dos motivos. Diante do impasse, os trabalhadores contariam agora com a recém criada Federação Operária Mineira, intervindo na garantia dos entendimentos entre as partes.<sup>37</sup>

A greve de 1920 foi o combustível necessário para a conversão da Associação Beneficente Operária em Federação Operária Mineira. A vitória do movimento chamou a atenção da classe operária para a necessidade da existência de uma instituição modelada em bases organizativas sob as quais residissem os interesses de todos os trabalhadores reunidos em sindicatos. A assembléia realizada no dia 04 de janeiro de 1920 na sede da A.B.O. durante a greve, firmara esse compromisso que se tornaria uma realidade já no final do mesmo mês, quando a Associação passou a se chamar Federação. O objetivo da nova instituição consistia

<sup>35</sup> Diário Mercantil. **Está terminada a parede operária.** Juiz de Fora, 08 de janeiro de 1920, p. 1.

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Diário Mercantil. **Nova greve.** Juiz de Fora, 26 de janeiro de 1920, p. 2.

em organizar entidades representativas através das quais os operários se reuniriam e arregimenta-las, proporcionando maior unicidade e combatividade à classe operária juizforana. Tomaria parte na imprensa operária com o jornal “O Proletário”, além de defender uma postura mais agressiva da classe na busca por seus direitos morais e materiais.

A experiência organizativa da classe operária em Juiz de Fora neste dado momento é uma das questões que mais chamam a atenção por fazer parte de um processo de transformação de uma Associação de caráter essencialmente assistencial, para uma Federação, mais envolvida na luta direta em defesa dos trabalhadores. A greve é o epicentro desta mudança. Ainda durante o movimento, os operários decidem por uma instituição capaz de garantir de fato as conquistas materiais da classe, não sentem na filosofia colaboracionista da A.B.O. a melhor forma para alcançarem seus anseios, apesar de não descartarem-na totalmente. Isso quer dizer que a fundação da Associação Beneficente teve um papel imprescindível como instrumento institucional de arregimentação da classe operária, por pertencer a própria cultura organizativa da classe e também por aparecer num momento de crise sócio-econômica que colocava os operários em condições mais difíceis de vida.

Entretanto, era evidente a discordância da base e de outros operários mais ligados à direção da entidade em aceitar determinadas normas estatutárias regentes. Primeiro, o impedimento de utilizar a A.B.O. em mobilizações grevistas e, em contrapartida, manter uma postura de intervenção a partir de comissões que se entendiam diretamente com os patrões no intuito de resolver os problemas. Para os trabalhadores este recurso além de ineficaz, privava-os de sua principal arma de ação contra a perniciosa do capital para com os homens do trabalho.

No resto do Brasil não foi diferente. Trabalhos desenvolvidos, sobretudo a partir da década de 1980, abrangendo outras regiões e estados, dão vistas a diferenciadas formas de organização, formação, relações e práticas da classe operária. A visão sociológica, estática, do movimento operário, tão denunciada por Thompson, tal como a percepção por parte de muitos historiadores da necessidade de se inaugurar novas práticas de abordagem, buscando novas fontes e métodos, vem contribuindo substancialmente para a produção historiográfica no campo da história social do trabalho. No nosso caso, já não é mais válido aquele esteriótipo atribuído ao trabalhador no Brasil da Primeira República – tal como introduz Batalha em um de seus livros – do “operário imigrante anarquista”.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> BATALHA, Cláudio H. M. **O Movimento Operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 7.